

Pedagogia Social e Sociedade numa Perspectiva dos Direitos Humanos¹

Bernd Fichtner²

Na novela “A Colônia Penal” (1914) Franz Kafka fala sobre um sistema que tem o poder de executar sentenças. Trata-se de uma história absurda sobre uma Colônia onde um soldado “indígena” é condenado a morte por oficiais cuja doutrina jurídica resume em poucas palavras a quintessência do arbitrário: “a culpabilidade jamais deve ser colocada em duvida!” Sua execução deve ser cumprida por uma máquina de tortura que escreve lentamente sobre seu corpo com agulhas que o atravessam a frase “Honra teus superiores”. A personagem central da novela não é nem o viajante que observa nem o prisioneiro, nem o oficial da execução, nem o comandante da colônia. É a máquina mesma, o sinistro Aparelho. O Aparelho não está lá para executar o homem, é, sobretudo este que está lá junto ao Aparelho, para fornecer um corpo sobre o qual ele possa escrever sua inscrição sangrenta, ilustrada de “muitos florilégios e ornamentos”. Na novela, o homem existe para a máquina, produto do desenvolvimento.

Rosa Luxemburgo (1915) rompeu com a concepção da história como progresso irresistível, inevitável, “garantido” pelas “leis objetivas” do desenvolvimento econômico, científico ou da evolução social. Seu trabalho implica uma percepção da história como processo aberto, com séries de “bifurcações”, onde o fator subjetivo “- consciência, organização, iniciativa dos oprimidos, dos excluídos tornam se decisivos. Não se trata mais de esperar que o fruto “amadureça”, segundo as leis naturais, da economia ou da história ou da ciência, *mas de agir antes que seja tarde demais.*

¹ A base desse artigo é a conferencia de abertura do “Congresso Internacional de “Pedagogia Social” na USP 21 a 24 de abril 2010. Agradeço João Wanderley Geraldi e Carlos Maldonado para suas críticas, propostas e correções.

² Professor titular na Universidade de Siegen/Alemanha. Criou o Programa internacional do Doutorado em Educaçao (INEDD –International Educacion Doctorate) da Universidade. E-Mail: fichtner@paedagogik.uni-siegen.de.

O que tem haver Franz Kafka e Rosa Luxemburgo com a Pedagogia Social? s intuições de Franz Kafka e de Rosa Luxemburgo ajudam concretizar e estruturar a minha palestra em três passos:

- (1) A Relação entre Sociedade contemporânea e Pedagogia Social – um dilema;
- (2) Os “Direitos Humanos”: um outro dilema ou uma perspectiva para a Pedagogia Social.
- (3) Os Direitos Humanos enquanto roteiro emancipatório da Pedagogia Social - Reconquista e desenvolvimento da categoria do “Social”.

1. A Relação Pedagogia Social e Sociedade contemporânea – um dilema

A Pedagogia Social procura responder perguntas a respeito do processo de integração do individuo à sociedade, tanto do ponto de vista teórico como prático. Ela busca aliviar a exclusão social. Trata dos processos do crescimento humano que amarram as pessoas aos sistemas, às instituições e as comunidades, que são importantes para o seu bem-estar e para a gestão de suas vidas. A ideia básica da Pedagogia Social é promover *o funcionamento social da pessoa*: a inclusão, a participação, a identidade e a competência social como membros da sociedade. Afirmções como estas se encontram em qualquer manual de Pedagogia Social na Europa.

Nessa perspectiva, a Pedagogia representa uma abordagem pedagógica para responder aos problemas e necessidades sociais, que são, por sua vez, conectados aos processos da integração do individuo à sociedade. A Pedagogia Social - na longa historia de seu caminho - desenvolveu, sobretudo em Alemanha, em Europa e também nos EUA um sistema de metodologias e métodos orientados ao individuo, aos grupos de individuos e à comunidade.

Pobreza, criminalidade, consumo de drogas, abuso sexual, pedofilia, alcoolismo apresentam, por um lado uma área para a Política, para o direito, mas também

para a Pedagogia Social. Na prática da Pedagogia Social normalmente não interessa muito *porque um problema social é um problema social*. Ao contrário mais interessa quem é atingido, quem é afetado por um problema social, quais são as causas mais imediatas, o que se pode fazer contra esses problemas. O que é problemático num problema social é considerado como algo natural, como um dado de realidade. Também parece compreensível, natural, que exista para qualquer problema uma instituição e uma profissão e também determinadas formas de intervenção.

Observando e analisando essas metodologias e métodos aparece um dilema: Não se encontra nenhuma problematização sobre o que é um problema social, também nenhuma reflexão sobre a pergunta: O que significa integrar e incluir em que sociedade? Qual é a estrutura, a lógica dessa nossa sociedade moderna, seja no Brasil seja na Alemanha?

O filme "De Olhos bem Fechados" de Stanley Kubrik estabelece a ação do filme na Nova York contemporânea. A Megalópole norte-americana conjuga todos os elementos para compor um quadro emblemático da sociedade e dos valores dominantes do mundo globalizado. Em meio à bagunça do quatinho duma prostituta, onde ela recebe seus clientes, vemos um manual de sociologia com o título "Introducing Sociology". Ao longo da história, as únicas pessoas que revelam algum escrúpulo nas relações com os outros são realmente as prostitutas. A humanidade das prostitutas manifesta-se, sobretudo, na sua fragilidade; elas se drogam e morrem de overdose; elas vendem seus corpos e se contaminam, enfim elas arriscam suas existências de forma concreta e material. Por isso suas transações de dinheiro e sexo, pautadas pelas leis do mercado, estão fundadas numa "*realidade*" que pode ser explicada pelos parâmetros sociológicos: "Introducing Sociology".

As prostitutas são efetivamente comprometidas com a chamada "vida real". O resto é puro imaginário. A nossa sociedade, marcada pelo imperativo do consumo, lança os indivíduos nas vertigens de um imaginário sem transcendência onde tudo, inclusive os homens, se transformam em objetos. O

filme deixa bem claro o que está por trás desta sociedade, quer dizer, o núcleo fundamentalmente perverso que se oculta na formação de nossa sociedade. Este filme mostra um sistema de relações sociais onde todas as relações entre os homens se transformam em fetiches-mercadorias que começam a dominar de maneira totalitária os mesmos homens que construíram estes fetiches. Existem infinitas possibilidades de descrever cientificamente a nossa sociedade como sociedade moderna, posmoderna, globalizada etc. etc.... Tenho a firme opinião de que a Arte Moderna é muito mais avançada para entender essa nossa realidade do que a psicologia, a pedagogia, as ciências sociais ou as políticas. A Arte, num sentido amplo, apresenta a realidade social como totalidade, na qual a vida e as atividades dos indivíduos como sujeitos constituem esta totalidade – (exemplos impressionantes encontram-se na obra de Machado de Assis ou na obra de Stanley Kubrik ou na obra de Franz Kafka – na novela aqui citada, a sociedade é apresentada como “Aparelho” ou a máquina torturadora) -.

A Pedagogia Social precisa de uma compreensão da *sociedade* e da *vida cotidiana*, quer dizer, de uma perspectiva que permita compreender o caráter sistêmico entre ambas. *Em conseqüência, não pode esquecer que a nossa sociedade é uma sociedade moderna capitalista ou, com outras palavras, uma “sociedade de consumidores”*

Zygmunt Bauman (2008) explica e analisa esse traço marcante da vida contemporânea: A nova organização social – o segredo mais profundo de nossa sociedade: a transformação sutil e penetrante dos consumidores em mercadorias³. Nessa nossa sociedade há sujeitos fora do consumo. Um

³ Na obra de Bauman falta uma análise precisa que essa sociedade de consumo é a sociedade capitalista. A meu ver o termo capital tem dois significados diferentes. Por um lado “capital” significa uma técnica de produção e circulação de mercadorias que já se encontra em diferentes sociedades na antiguidade e no feudalismo. Por outro lado o capital não é um sub-sistema mas significa um princípio que domina a sociedade inteira. Saindo dessa posição subalterna e determinando realmente as atividades de todos os membros de uma sociedade o capitalismo tornou-se numa “sociedade capitalista” – com as palavras de Marx: “A riqueza das sociedades na quais a maneira da produção capitalista domina, aparece como “coleção gigantesca de mercadorias”, a mercadoria singular como forma elementar dessa sociedade” (O Capital Vol. 1,

agregado de pessoas que foram declarados fora dos limites de todas as classes, entendidas estas como categorizações com base no seu consumo. O que têm em comum as mães solteiras, sem os benefícios do casamento; os que vivem da previdência social, os imigrantes ilegais, os alcoólatras, os drogados, os que abandonaram os estudos, os mendigos - o que eles têm em comum? Eles formam a nova classe social como *subclasse*. Homens e mulheres reunidos na subclasse são vistos como *inúteis e perigosos* na sociedade de consumidores.

O estilo de vida das elites da globalização e da classe média produz este tipo de 'lixo' no seu consumo desenfreado das mercadorias ⁴ que as definem. Não sobram mercadorias, sobram pessoas excluídas do consumo, como se fosse um lixo necessário ao excesso do consumo. Então, a sociedade de consumidores 'instrumentaliza' esse "lixo de homens e mulheres" através de três funções:

1. a transformação das estruturas do Estado de Bem Estar Social num Estado forte, constituído por um sólido aparelho de repressão (modelo kafkiano da Colônia Penal?)
2. a identificação censitária dos membros da subclasse, o seu acompanhamento através de políticas de assistência social, saúde pública e/ou segurança pública, com uma perspectiva de atuação panóptica e a sutil formação de guetos de distanciamento ou isolamento;
3. a etnização e/ou demonização de conflitos e problemas sociais com a construção de medo e ressentimento – fonte de legitimação para vigiar, punir e disciplinar.

As pessoas da subclasse são desnecessárias, e, portanto indesejadas – excluídas da comunidade humana, excluídas do pensamento do público higienizado. Sabemos muito bem o que são as conseqüências e qual é a

⁴ Veja K. Marx: O Capital, Secção 1. 4, O Fetichismo da Mercadoria e o Seu Segredo). Na nossa sociedade capitalista tudo se transforma tendencialmente em mercadoria, também os membros dessa sociedade.

solução. Livrar-se de um fenômeno rebaixado à categoria do incômodo absoluto: eliminar um borrão na paisagem, apagar um ponto sujo na tela agradavelmente pura de um mundo ordenado e de uma sociedade normal.

Tentamos pensar e compreender a nossa sociedade usando antinomias ou pólos complementares: Nunca na história da humanidade existiu uma mudança tão dramática das formas de vida social correspondendo a uma *standardização e esquematização*. E ao mesmo tempo essa vida social aparece como uma *variedade absoluta de liberdade e de possibilidades humanas – mas tudo é de fato uma ilusão...*

Estamos imersos num feeling que nos diz que esta forma de nossa sociedade perdurará eternamente. Mas a razão nos alerta que isto será a possibilidade mais improvável de todas as possibilidades existentes. É mais fácil para nós imaginar o colapso do planeta e da natureza do que uma sociedade além do sistema capitalista ou a quebra deste sistema.

Atualmente o olhar para o processo da sociedade como “história” passo a passo se perde, e a “história” se transforma em “comunicação” como processo técnico e formal. O que anteriormente era considerado “*sociedade*” ou “*coerência social*” como rede de relações e dependências entre os indivíduos passo a passo, se perde e a “*coerência social*” e a “*sociedade*” tornam-se “mercado”.

As teorias do Pós-Modernismo vêm nesta desintegração nada mais do que uma chance para um desenvolvimento da capacidade de jogar com a particularidade individual, uma chance que pode dar liberdade estética aos indivíduos. Estas teorias não levam em conta as agudas contradições entre a individualização dos processos de vida e a normalização, esquematização e homogeneização. Encontramos uma separação brutal entre a *socialização da razão em nível de produção técnica e científica* por um lado e *privatização das emoções, dos afetos, dos sentidos e da fantasia* por outro lado. Emoções e afetos têm cada vez mais um caráter privado e tornam-se assim cada vez mais cegos.

Todas estas antinomias não se complementam entre si, não se suplementam, elas não dão luz para o todo que chamamos sociedade. Ficam perguntas em aberto e sem respostas. Compreender a complexidade desta contradição é obviamente difícil. Nós, pedagogos da Pedagogia Social, estamos muito longe de uma compreensão dessa realidade.

Em resumo: Dentro da etiqueta da globalização se realizam atualmente tanto processos de *homogeneização da sociedade como de desintegração e destruição do social*. Resta sempre a pergunta: *O que significam estes processos para a teoria e, sobretudo, para a prática da Pedagogia Social? – Uma Pedagogia que se ocupa com os problemas de integrar e incluir os seus “clientes” na sociedade – “clientes”, na esmagadora maioria, pessoas de subclasses? Em outras palavras: o que significa integrar e incluir esses “clientes” na sociedade dos consumidores?*

Buscando ser ainda mais concreto: o que significa integrar um dependente de drogas na sociedade moderna cuja lógica é a da mania? A lógica de um vício? Será o nosso papel o de reconversores de estupefacientes? E as nossas técnicas e métodos devem restringir-se à modelagem de medianias incluídas e bem-comportadas?

Formas fundamentais das relações sociais na nossa sociedade são determinadas por uma lógica inerente às manias: a mania de comprar, a mania de jogar, a mania do sexo, a mania de ganhar, a mania de enganar, a mania de esconder, a mania de mentir, a mania de representar. O que é aqui normal – o que não é normal?

A normalidade, na moderna sociedade de consumo, é um padrão que aparece vinculado a um círculo sem fim de produção e satisfação artificiais de desejos baseado no controle sistêmico e planejado de um nível aparentemente ascendente de aspirações. O desejo de consumir faz parte de uma lógica induzida de competição, comparabilidade e insatisfação que motiva a comprar novamente e sempre. A publicidade e propaganda estabelecem uma pressão, uma violação, que co-responde à lógica da mania.

Aqui encontramos um dos principais enfoques da nossa sociedade: *problemas sociais*. Problemas sociais são tematizados como comportamento desviante, patológico ou criminoso. São tidos como não majoritários, como exceção, como “desafios” a serem superados principalmente pelo esforço educacional e legal. Leis mais duras, mais escolas e educação, afirmação de padrões morais, reforço das práticas da cidadania pelo Estado e pela “sociedade organizada”.

E aqui encontramos também a lógica nuclear implícita da nossa sociedade: a “diferenciação entre nós e os outros”. Uma diferenciação principalmente afirmada pelo negativo: – nós somos os que não praticam atentados, não nos apropriamos do dinheiro público ou alheio, não fazemos sexo inseguro, não matamos nossos pais, não vendemos nossos filhos, não traficamos. Claro está que essa diferenciação é fundada em muitas formas de poder. Em incontáveis espaços legitimados de vigilância e controle, em aparatos de disciplinamento e punição.

E agora volto às perguntas: a nós, pedagogos sociais, qual problema é realmente dado? O já mencionado, da integração e inclusão dos nossos “clientes” na nossa sociedade quer dizer na sociedade de consumo? Ou o da busca reflexiva sobre a natureza da estruturação social, política e histórica da comunidade humana contemporânea?

Afinal, do que se trata, do que tratamos? De servirmos como emplastos paregóricos ou, no dizer de Rosa Luxemburgo, devemos agir?

2. Os “Direitos Humanos”: outro dilema ou uma perspectiva para a Pedagogia Social?

Entendo Direitos Humanos como reivindicações universais de cada ser humano frente aos outros, frente à sociedade e ao estado – reivindicações para uma vida em autodeterminação.

A expressão “Direitos Humanos” refere-se obviamente ao homem e a palavra “direitos”, nesse contexto, só pode designar aquilo que pertence à essência do

homem, que não é puramente acidental, que não surge e desaparece com a mudança dos tempos, da moda, do estilo ou do sistema; deve ser algo que pertence ao homem como tal.

Não existe uma definição de direitos humanos aceita genericamente porque nos diferentes pactos se exprimem interesses distintos ditados pelo tempo histórico e por uma compreensão mutável de prioridades.

De qualquer forma, compreendo os Direitos Humanos como o resultado de um processo histórico de emancipação dos povos, de lutas políticas que exprimem os direitos iguais de todos os seres humanos para a realização plena e livre da sua personalidade. Convencionar que todos os seres humanos têm o direito de ser igualmente respeitados pelo fato simples e suficiente do reconhecimento da sua pertença à humanidade é uma conquista histórica.

A expressão direitos humanos pode, entretanto, referir-se a situações políticas, sociais e culturais, que se diferenciam entre si, tendo significados diversos.

(Excursão histórica:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos - adotada pela ONU em 10 de dezembro de 1948 (A/RES/217) é o documento traduzido no maior número de línguas (370 no janeiro 2010).

A dimensão internacional dos direitos humanos é um fenômeno recente na historia mundial consolidando-se a partir da II Grande Guerra Mundial. A sucessão de tragédias humanas ocorridas a partir da segunda metade do séc. XX impõe uma conscientização permanente sobre a capacidade de destruição do ser humano. Instiga, por isso mesmo e de igual modo, uma revisão das lições do passado além da modéstia em relação ao progresso e aos avanços materiais e tecnológicos da humanidade.

Embora a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* não seja um documento que representa obrigatoriedade legal, serviu como base para os dois tratados, elaborados nos ano 1976 sobre direitos humanos da ONU, de força legal, o Tratado Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos (chamado Tratado Civil), e o Tratado Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (chamado *Tratado Social*).

O Tratado Civil e o Tratado Social indicam duas tendências e linhas diferentes na historia.⁵

⁵.. Carvalho Bastone fala de “gerações históricas” dos direitos humanos (2008, cap. 3).

Os *direitos civis* se estabeleceram no século XVII e no século XIX. Os *direitos de liberdade do pacto civil* foram formulados pela primeira vez em Virginia Bill of Rights (1767) e na Declaração Francesa dos Direitos Humanos (1789). Essas declarações expressam as lutas para autonomia dos povos contra o governo colonial ou contra a monarquia absoluta, respectivamente. Representam as necessidades e os objetivos das classes civis. As elites cultas cujas demandas sociais geralmente estavam satisfeitas lideravam essas lutas. Portanto, o que estava no centro não era a luta por educação, emprego e saúde, mas a defesa contra a invasão nos bens da propriedade já adquiridos. (Na “Virginia Bill of Rights” não se encontra nenhuma frase sobre as contradições de uma classe burguesa, (cujas riquezas se fundou no trabalho de escravos e no roubo da terra dos povos indígenas. Ao respeito da famosa Declaração Francês dos Direitos já Marat e Babeuf criticaram que os assim chamados direitos humanos representam uma mentira a favor dos ricos a expensas dos pobres, a favor dos homens a expensas das mulheres.)

Os direitos do *ONU Tratado Social*, pelo contrário, eram objeto e resultado do movimento dos trabalhadores. Sua entrada na DUDH (*Declaração Universal dos Direitos Humanos*) e no pacto social ocorreu, sobretudo devido à pressão dos estados “real-socialistas”. Este disputa caracterizava o conflito na Guerra Fria. O “ocidente” fez esforços para marginalizar os direitos humanos sociais no discurso público. Os Estados Unidos não ratificaram o pacto social até hoje. Até hoje faltam possibilidades internacionais de proteção às leis com respeito aos direitos sociais – ao contrário dos direitos civis, que são representados, por exemplo, pelo Tribunal de Justiça Europeu em Den Haag.

A *Conferencia mundial sobre os direitos humanos em Viena 1993*, na sua “Declaração e Programa de Ação”, reafirmou: “os direitos humanos e as liberdades fundamentais são inerentes a todos os seres humanos, sendo a sua proteção e promoção a primeira responsabilidade dos Governos”.

O Comitê dos direitos econômicos, sociais e culturais afirma, no seu Comentário Geral 13 (E/C.12/1999/10, par. 1):

A educação é, ao mesmo tempo, um direito fundamental em si mesmo e um meio para a realização de outros direitos humanos. Como direito a autonomização, é principalmente através da educação que os adultos e as crianças economicamente e socialmente marginalizados podem libertar-se da pobreza e adquirir os meios de participar plenamente nas suas comunidades.

Com outras palavras: na história, os Direitos Humanos são e foram instrumentalizados – às vezes em formas perversas – sobretudo na dimensão política.

Um exemplo chocante: Adolf Hitler usava o slogan “o direito humano quebra o direito do Estado” para legitimar a superioridade da raça ariana, para legitimar o Holocausto. Em nome dos direitos humanos Hitler transfigurou as suas agressões militares em portentosos eventos de “liberação da tirania” - encontramos a mesma lógica nas declarações oficiais de Reagan, dos Bush, de Breshnew ou de Obama para justificar e legitimar as ações militares contra outros países, em nome dos direitos humanos ou da liberdade ou da democracia.

Qual seria então o significado ou o potencial da idéia de Direitos Humanos para a Pedagogia Social?

Isso fica mais claro na perspectiva do jovem Karl Marx ao criticar uma concepção de direitos humanos estribada no respeito aos interesses egoístas e individualistas dos burgueses, no entendimento de que a liberdade seria congruente e idêntica à propriedade privada.

Na alternativa de Marx “Direitos Humanos devem orientar-se no rumo de uma sociedade *“na qual o livre desenvolvimento de cada indivíduo é a condição para o livre desenvolvimento de todos”* (MEW, 4, 482).

Toda emancipação é a recondução do mundo humano, das relações humanas, ao próprio homem. (...)

Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas "forças próprias" como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política; somente então se processa a emancipação humana. (Marx 1843)⁶

⁶ Marx, K. (1843). *On the Jewish Question*. (Written Autumn 1843. Published February, 1844 Em: *Deutsch-Französische Jahrbucher*) <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1844/jewish-question/index.htm>.

Os Direitos Humanos orientados ao mesmo tempo ao indivíduo e a todos os indivíduos da comunidade aparecem, nesta perspectiva, como um guia emancipatório da Pedagogia Social na perspectiva de desenvolver uma nova forma de viver, uma nova forma da vida - princípio fundamental para um autêntico reinvento da Pedagogia Social: o pleno e livre desenvolvimento de cada um e de todos os seres humanos. Não como uma proclamação de fora para dentro e sim como uma demanda que, eclodindo em cada um, reclama pela transformação do todo.

O potencial dos Direitos Humanos para transformar a Pedagogia Social tradicional poderia reforçar os processos inovadores que pululam como bifurcações? Seria capaz de promover a reconquista e o desenvolvimento da categoria do Social? Como se poderia concretizar isso?

3. Reconquista e Desenvolvimento da Categoria do “Social”

A Pedagogia Social deve ser colocada no contexto das condições de vida de famílias, crianças, jovens, idosos, portadores de necessidades especiais, dependentes químicos, sujeitos em regime de privação de liberdade, e todo lugar onde surgem problemas a partir das condições de vida existentes. A Pedagogia Social *coloca a força no caráter emancipatório das práticas da vida cotidiana dos marginalizados, subalternos, da sub-classe.*

As transformações neoliberais das últimas décadas agravaram as situações precárias dos indivíduos com a consequência que as contradições sociais tornarem-se mais invisíveis, transformadas em questões de estilo de vida privada. A Pedagogia Social busca na prática e na teoria possibilidades de fazer visível o que atualmente é invisível – isso é o Social. E com isso clarificar parte substancial do que acima chamamos “problemas sociais”. Seriam passos de aproximação ao Social como categoria.

O que significa então a categoria do Social?

Uma categoria é mais do que um conceito importante, ou um termo principal numa disciplina científica ⁷. Numa categoria é conceptualizado e concebido um fenómeno na sua universalidade (em seus aspectos gerais) tanto que ela, a categoria poderia ser usada *ao mesmo tempo* como meio ou instrumento da análise.

Uma categoria não se pode inventar ou definir cognitivamente na escrivadinha de um filósofo, de um intelectual. Ela é resultado de um processo histórico-social. Sua universalidade é literalmente trabalhada e elaborada pela sociedade. A sua universalidade é resultado de uma "nova prática", de uma experiência prática.

Categorias não se desenvolvem primariamente como formas ou modelos de pensar, mas como modelos de atividades. Elas são programas extremamente generalizados de atividade humana. A história ou a construção de categorias é um processo de atuar, que realiza a si própria nos diferentes contextos da vida material e ideal de uma sociedade.

Formas e resultados e de uma prática se transformam numa razão explícita de um conhecimento ou mais precisamente de uma *relação entre conhecimentos*. Aqui eles tornam-se "objetos ideais", quer dizer, em categorias.

Uma Pedagogia Social baseada nos Direitos Humanos significa a recuperação, reconquista e desenvolvimento da *categoria do social*. O Social representa algo autónomo, com um sentido próprio, que não pode ser reduzido às estruturas sociais, nem à Sociedade, nem aos processos psíquicos internos dos indivíduos. A categoria do Social é direcionada às relações reais – relações que são também encontradas nas relações "submersas no indivíduo e na sociedade como um todo".

⁷ O referencial teórico desta conceitualização apresenta o paradigma da abordagem histórico-cultural (Vygotskij, Leont'ev e Lurija). Dentro dessa filosofia foi desenvolvida uma concepção de categorias no contexto teórico da *teoria de atividade*.

As relações sociais mergulham e embebem o Eu e a sociedade como sistema inteiro. Essas relações se formaram através das qualidades singulares que estão operando nos seres humanos uma interna comunidade, quer dizer uma sociedade embaixo da pessoa que colabora com a sociedade externa da pessoa.

Dessa maneira, a *Pedagogia Social* é uma *Política do Social* orientada para o processo político da produção do Social. Isso significa

a produção de uma esfera pública orientada as experiências concretas dos seres humanos,

mas também a produção de uma *esfera de comunicação* orientada a uma expressão coletiva e social dos desejos e interesses individuais.

Assim se exprime nas experiências concretas um processo de produção que não é fundado em indivíduos isolados, mas inserido nas atividades de um sujeito coletivo e social.

Pedagogia Social como Política do Social não significa apenas um acompanhamento analítico e reflexivo de processos sociais, mas sempre um intervir ativo. A concepção de uma “gramática gerativa” (Paulo Freire) exprime isso muito claro: A mediação entre as relações concretas da vida e os conceitos teóricos abre o caminho para uma solução entre os problemas que aparecem nas contradições da realidade e as soluções dos problemas. Aqui aparece algo que a Pedagogia Social chama “possibilidade objetiva”. Bem diferente de uma fixação aos desejos só subjetivos, aparece aqui uma orientação a uma área de meios e instrumentos produzidos para realizar objetivos emancipatórios.

Essa Pedagogia Social chamo Pedagogia Social Emancipatória -

O “Social” nem pode ser reduzido a processos puros nos indivíduos nem a estruturas sociais. No “Social” os indivíduos se constroem, se criaram como “verdadeiras *comunidades individuais*” – “wirkliche individuelle Gemeinwesen” (Marx Vol. 40, 539).

Paulo Freire recomendou aos educadores brasileiros e não só aos brasileiros: "Escrevam pedagogias e não sobre pedagogias", incitando-os a desenvolver métodos e técnicas adequadas para lidar com a diversidade da população e de suas experiências. Uma Pedagogia Social é necessária para dar conta dos novos paradigmas instituídos para atender demandas e necessidades dos sujeitos sociais trazidos à luz pelas transformações sociais ocorridas. A mulher, a criança e o adolescente, o idoso, o preso, a população de rua e os portadores de necessidades especiais estão a dizer isso. É preciso explorar as possibilidades que as práticas de Pedagogia Social oferecem para a construção da identidade, a recuperação da auto-estima, a preparação profissional e o desenvolvimento da consciência política e social, não para que retornem integrados ao consumo, mas para que trabalhem para construir uma sociedade que não se confina a suas formas de consumo.

Somente assim a Pedagogia Social Emancipatória estaria destruindo e quebrando o "Aparelho" da Colônia Penal..

Bibliografia:

Baumann, Z. (2008): *Vida para Consumo*. Rio de Janeiro, Zahar

Carvalho Bastone P. (2008): *Educação de uma perspectiva Freiriana como um direito humano*. Dissertação de mestrado. Universidade Viena. Historisch-Kulturwissenschaftliche Fakultät .

Jameson, F. (1992) *The Geopolitical Aesthetic. Cinema and Space in the World System*. London)

Jameson, F. (1997): Culture and Finance Capital. In: *Cultural Inquiry* 21, 246-265

Jameson, F. (1996): *O Marxismo tardio – Adorno, ou a persistência da dialética*. Sao Paulo. Aqui: Capitulo 5: Benjamin e as constelações, p. 73 – 84)

Marx, K. (1843). *On the Jewish Question*. (Written Autumn 1843. Published February, 1844 Em: *Deutsch-Französische Jahrbucher*) <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1844/jewish-question/index.htm>.

Marx, K.(1856): *O Capital*. www.marxists.org/portuques/marx/1867/ocapital-v1/index.htm.